Humanística e Teologia, 1994, 15, 117-136

A Igreja: projecto de comunhão solidária

O tema que me proponho abordar trata da «Igreja como projecto de comunhão solidária». Com a palavra «projecto» lembra-se desde logo que falar da Igreja como comunhão nos situa sempre num horizonte escatológico e de esperança a realizar, é uma linguagem de promessa que nos conduz a um excesso não subsumível nesta história. Falar da Igreja como comunhão coloca-nos, de facto, sob o sinal do Mistério: não diz tanto o que nós já somos ou conseguimos fazer, mas sobretudo o que somos chamados a ser e a esperar, numa distância que é impulso e orientação para o nosso agir.

Esta dimensão de esperança que envolve a comunhão não significa que a realidade actual, apesar das nossas incapacidades e contradições, não seja já presença actuante do Mistério no nosso meio. Muito menos pode servir como lenitivo para desculpar as nossas falhas e inércias. Antes, o saber desta dimensão de projecto coloca-nos decididamente sob a tarefa de uma antecipação profética de um futuro esperado, aponta um horizonte que nos delineia o caminho a percorrer e estimula a nossa capacidade de inovação em liberdade e responsabilidade. A identidade da Igreja como comunhão é, então, a de uma comunidade onde sempre de novo ecoa essa linguagem de promessa, suscitando testemunhas duma realidade possível pela força do Espírito de Deus.

Na consciência deste horizonte do Mistério que qualifica a comunhão eclesial começo por apontar, de forma sucinta embora, as raízes da comunhão. Num segundo momento vou desenvolver as principais dimensões que integram e expressam o ser e viver da Igreja como comunhão solidária. Concluirei com alguns indicativos

em ordem à realização da comunhão solidária no concreto da existência cristã.

1. A Igreja, Mistério de comunhão

Pretendo apenas sublinhar aqui, quase em forma de tópicos, alguns aspectos fundamentais que caracterizam a identidade da Igreja como comunhão.

1.1. A Igreja é comunhão solidária porque a sua história começa no Mistério de comunhão que Deus é, realiza-se no tempo como visibilidade dessa comunhão e termina na plenitude de comunhão que Deus oferece e possibilita. A raiz trinitária da experiência cristã e da vida eclesial manifesta-se no dom e na exigência da comunhão, acontecimento de graça: é a iniciativa gratuita de Deus, que nos faz participar do seu projecto de amor, que gera comunhão. A Igreja é a porção da humanidade que aceita (na fé e pelo poder do Espírito Santo) viver esta nova realidade, na dependência total do que Deus fez em seu Filho [1].

A Igreja nunca é, pois, o mero resultado da vontade de pessoas que decidem juntar-se em razão de interesses ou esforços comuns. Ela brota do facto de que pessoas, pelo acolhimento do dom da fé, entram em comunhão com Cristo e participam na sua salvação. Na sua mais profunda identidade a Igreja é comunidade de adoração e de oração, ela vive da centralidade da mística como abertura transparente à presença e acção de Deus na história.

1.2. A comunhão dos cristãos com Deus exprime-se e realiza--se na comunhão dos cristãos entre si. Comunhão dos crentes é por essência, e não por casualidade ou ao arbítrio de cada um, comunhão solidária que pode ser realizada e experimentada, que impulsiona à partilha comum de bens materiais e espirituais. É uma comunhão de serviço mútuo segundo as qualidades e os carismas de cada um, um ser solidário na partilha do que se é, tem e se vive.

A comunhão solidária tem de manifestar-se indeclinavelmente na prática concreta da vida, mas é mais do que uma mera

[1] J. M.-R. TILLARD — *Ecclésiologie de communion et exigence œcuménique*. Irénikon. 1986, 59, p. 201.

questão de práticas: é uma questão de essência, de identidade profunda, de ser ou não cristão. A partilha e a solidariedade fraterna é «um acto da fé em Deus e não um acto de simples generosidade», é consequência intrínseca à própria existência cristã como um «ser um no único Senhor» [2].

1.3. A comunhão com os irmãos que brota da comunhão com Deus em Jesus Cristo pelo seu Espírito não se esgota nas possibilidades que a experiência imediata proporciona, é ao mesmo tempo comunhão com a totalidade dos crentes no espaço e no tempo, tem de ser compreendida como «communio sactorum» em toda a amplitude desta expressão [3]. É comunhão universal, que é vivida na sequência das gerações, através da diversidade de Igrejas particulares, como esperança solidária que não pára mesmo nas barreiras da morte. É uma comunhão que na sua amplitude e universalidade abrange, por isso, uma diversidade de formas individuais e comunitárias de fé, uma pluralidade de dons do Espírito e uma complementaridade de tarefas. Mais ainda, a comunhão precisa mesmo dessa diversidade para a plenitude da sua realização.

Comunhão dos crentes nunca pode significar, pois, «homogeneidade e uniformidade forçada ou imposta», é antes pluriformidade, é uma comunhão que «vive e age na pluralidade de dons recebidos e na diversidade das tarefas que se apresentam» [4]. Na visão da Igreja como comunhão a relação entre unidade e pluralidade não é entendida como uma qualquer «simbiose de compromisso», antes unidade e pluralidade aparecem como sendo a «refracção da vida divina na espessura da realidade humana 'salva'» [5].

1.4. A comunhão como a realidade de salvação na qual Deus nos introduz é ao mesmo tempo também «aquilo que Deus nos pede para irradiar no mundo» [6], e isso como uma exigência elementar de

[2] *COMMUNIO / KOINONIA: Ein neutestamentlich-frühchristlicher Begriff und seine heutige Wiederaufnahme und Bedeutung: Eine Stellungnahme des Instituts für Ökumenische Forschung Strassburg*. Una Sancta. 1991, 46, p. 163. Cf. ainda p. 159 e 162.

[3] Cf. A. HOUTEPEN — *Kirche im Werden: Fundamentaltheologische Beiträge zu einer ökumenischen Ekklesiologie?* Ökumenische Rundschau. 1987, 36, p. 415 s.

[4] *COMMUNIO/KOINONIA*, p. 160.

[5] TILLARD — *Ecclésiologie*, p. 206.

[6] *Ibidem*, p. 201.

fidelidade àquilo que se é. A comunhão dos cristãos que nasce do dom de Deus não pode fèchar-se em si mesma, é chamada a convidar toda a humanidade a abrir-se à comunhão com Deus e à fraternidade dos homens entre si. No seu ser e no seu agir — através do envio missionário, do serviço diacónico e do compromisso social — a Igreja é sinal e instrumento ao serviço da salvação do mundo, da unidade e da paz entre os homens [7].

A comunhão solidária dentro da Igreja não pode, pois, separar-se da comunhão solidária com os que estão de fora, da tarefa de construção de um mundo mais fraterno e solidário. A comunhão fraterna quotidianamente vivida em Igreja há-de ser, aliás, a fonte permanente da autenticidade desse compromisso concreto da Igreja pela salvação do mundo.

1.5. Nesta relação estrutural entre comunhão eclesial e fraternidade entre os homens manifesta-se a convicção crente de que a verdadeira humanidade do homem e a identidade cristã não podem ser encontradas à margem da comunhão solidária, de que a comunhão e a fraternidade são a grande vocação humana. Em Jesus, o primogénito entre muitos irmãos, na sua pessoa e no seu modo de existência, o amor revela-se como o sentido último do ser [8], o homem redescobre que é no dom de si mesmo que encontra a sua realização e reencontra a possibilidade de realizar e levar à perfeição a vocação comunitária que o caracteriza como *«ser de comunhão»* [9].

Na consciência desta relação com os outros como constitutiva da pessoa o mandamento do amor solidário não aparece como exterior ao nosso projecto de ser homem, a solidariedade surge ao mesmo tempo como uma aspiração e um dever fundamental, algo não facultativo e não delimitável por fronteiras. Cada homem é chamado a ser guarda do seu irmão, quer esse irmão se encontre próximo de si na família, no seu país ou noutro continente [10].

---

[7] *COMMUNIO/KOINONIA*, p. 160 s.

[8] W. KASPER — *Unicidad y universalidad de Jesus Cristo.* In A. VARGAS-MACHUCA, ed. — *Jesucristo en la historia y en la fe: Semana Internacional de Teología.* Madrid; Salamanca, 1977, p. 278.

[9] Cf. *LA FOI et l'inculturation: Document de la Comission théologique internationale.* La Documentation Catholique. 1989, 1980, p. 282. Cf. também GS 24, 25 e 32; CA, 43.

[10] Cf. *LE COURAGE de l'espérance: Déclaration de la Comission théologique de l'épiscopat français.* La Documentation Catholique. 1992, 2042, p. 91.

1.6. A visão cristã da comunhão solidária — «uma visão do homem e da vida que assuma a solidariedade como critério original e decisivo, à luz da mensagem evangélica» [11] — é, assim, aquilo que a Igreja de melhor pode oferecer para a verdadeira humanização do homem e para o futuro deste mundo. Nesta proposta emerge a convicção de que o homem não se esgota no homem e de que todos os projectos humanos — mesmo nas suas mais elevadas e valiosas pretensões éticas — só na abertura ao transcendente encontram a fonte e o sentido últimos que os tornam verdadeira e definitivamente humanizantes. Só nesta visão que enraiza a comunhão solidária em Deus e vê todos os homens amados pelo mesmo Deus é possível dar aos esforços de solidariedade humana a sua fonte de irredutibilidade, a verdadeira criteriologia, a validade de algo permanente para além das conjunturas históricas e das sempre de novo emergentes barreiras humanas.

2. Dimensões da Igreja como comunhão solidária

Numa certa explicitação de tópicos acabados de referir, passo a desenvolver e a concretizar nas suas exigências as dimensões fundamentais que decorrem da visão da Igreja como projecto de comunhão solidária.

2.1. A Igreja como comunidade fraterna e solidária

Pertencer à comunidade cristã significa, tem de significar fazer uma experiência de amor fraterno. A novidade da experiência cristã como possibilidade de uma nova existência em Cristo e na força do seu Espírito tem de traduzir-se em relações de comunhão e de fraternidade com os irmãos. Por isso, na Igreja a fraternidade é não apenas a «qualidade decisiva» dos comportamentos sugeridos e animados pelo Espírito, ela é sobretudo a «realidade mesma do ser cristão enquanto exige a comunhão com o outro como garantia da comunhão com Deus» [12]. «Nós sabemos que passámos da morte à

---

[11] JOÃO PAULO II — *Aos participantes num Congresso promovido pela «Caritas italiana»: Educar a comunidade cristã a ser «sujeito da caridade».* L'Osservatore Romano. 8.12.1991 (643) p. 11.

[12] M.-D. CHENU — *Despertar evangélico y presencia del Espiritu en los siglos XII y XIII.* Concilium. 1974 (n° esp. en homenaje a E. Schillebeeckx) p. 183 s.

vida, pois amamos os irmãos» (1 Jo. 3, 14). Só assim, pelos sinais da comunhão solidária que brota da fé na vida concreta da comunidade cristã, a Igreja de Jesus pode aparecer como «estrutura de plausabilidade» visível e crível da união de Deus com os homens.

Essa visibilidade tem de passar, basicamente, pela possibilidade e pelo fomento de experiências simples mas significativas de fraternidade. Experiência de fraternidade que dinamizem a consciência viva de uma pertença comum, superem o isolamento e o anonimato das nossas comunidades e celebrações, fomentem a simplicidade e verdade das relações mútuas, favoreçam o acolhimento de cristãos de proveniência diversa e com sensibilidades diferentes, manifestem a preocupação uns pelos outros, seus problemas e necessidades. Experiências de fraternidade que passam decisivamente pelo desenvolvimento de gestos e formas de partilha. Trata-se de concretizar uma autêntica partilha de bens materiais e espirituais — desde o dinheiro, o tempo e o saber à disponibilidade para escutar e à capacidade de ajudar os outros nas suas dificuldades. Sem essa partilha que coloca os bens de uns ao serviço dos outros e estabelece uma corrente viva de interesse mútuo, a comunhão eclesial carece de realidade e verdade concretas. Ainda estamos longe de perceber isso como estrutural ao nosso ser cristão e de encontrar projectos operativos que ao mesmo tempo correspondam a essa exigência e estimulem cada vez mais os cristãos à partilha de bens. Embora tudo parta da atitude de coração e do apuramento das consciências, há mecanismos e propostas de partilha que poderiam e deveriam ser desenvolvidos nas nossas comunidades e nos movimentos, como processo de consciencialização mas também como possibilidade de realização prática dessa partilha.

Mas o crescimento da comunhão fraterna na Igreja só é possível se a comunicação dentro da Igreja, e assim também a informação dentro dela, funciona. As condições e os processos de comunicação interna eclesial são fundamentais para a possibilidade de partilha e de participação, para a qualidade do relacionamento pessoal, para o sentido de uma pertença comum e a construção de laços de solidariedade, para a transparência missionária para o exterior. A nossa fragilidade neste domínio, visível no modo como nos relacionamos com os meios de comunicação social, manifesta-

-se nas nossas dificuldades de diálogo e de compreensão mútuos, repercute-se em modos de agir poucos transparentes nas nossas comunidades e instituições, condiciona a nossa frequente incapacidade de fazer com que as tensões e os conflitos — inevitáveis também numa comunidade que quer ser fraterna — deixem de ser «destrutivos» para serem «criativos», suportados por uma «cultura» do debate e do diálogo ao serviço da verdade [13]. Comunhão solidária na Igreja não pode existir sem veracidade e amor à verdade, sem clareza de processos, sem comunicação transparente.

Mas a construção da fraternidade exige que estejamos, hoje, particularmente atentos a situações que interpelam a nossa coerência de crentes que se dizem irmãos. Penso na tarefa de fazer da comunidade cristã uma comunhão solidária de homens e mulheres — uma realidade óbvia, que no nosso espaço católico se apresenta, todavia, como uma tarefa ainda não totalmente compreendida nas suas implicações quanto à credibilidade da Igreja, em termos de correcção profunda de mentalidades e no que diz respeito a exigências práticas quanto ao papel da mulher na Igreja e na sociedade (que se discuta ainda a questão do acesso da mulher aos ministérios laicais instituídos serve para ilustrar, aliás não sem algum ridículo, o problema).

Essa coerência passa também pelo acolhimento sincero e evangélico das pessoas nas situações em que elas se encontram, nomeadamente aquelas que fracassaram em certos aspectos do seu viver humano e cristão ou não estão em condições de poder corresponder totalmente àquilo que o ideal cristão propõe. O testemunho da fraternidade cristã é contraditado frequentemente pelos nossos estreitamentos moralistas (em vez da radicalidade evangélica), o que nos incapacita para uma verdadeira e criativa solidariedade com todas as pessoas que estão em contacto com a comunidade cristã. Esquecemos frequentemente que a comunidade cristã só pode ser lugar e testemunho de fraternidade se ela for autêntica «zona de humanidade»: nessa capacidade de solicitude para com as pessoas em situação difícil, mas, antes de mais e basilarmente, pelo exemplo de verdadeira humanidade nos seus comportamentos quotidianos —

[13] Cf. P. ZULEHNER — *Autorität hat, wer keinen Gehorsam verlangen muss.* Kathpress. 1992 (70) p. 3.

desde o respeito pelos outros, sua consciência e seus direitos fundamentais à elementar verdade de palavra e honestidade de processos de actuação. O «tipicamente católico» que nesta matéria a voz corrente tende a aplicar, com razão ou sem ela, às nossas instituições (que não podem ser separadas dos católicos — padres, religiosos e leigos — que as servem) deveria dar-nos muito mais que pensar.

2.2. Comunhão solidária como corresponsabilidade na missão

Um primeiro nível básico da comunhão solidária como corresponsabilidade na missão diz respeito à efectiva e activa participação de todos os cristãos na vida e missão da Igreja. O cerne da questão reside, antes dos organismos e das estruturas, no cultivo de um espírito de corresponsabilidade, de uma espiritualidade de comunhão. Uma espiritualidade que tem a ver com a descoberta da própria vocação na Igreja e no mundo, a disponibilidade para o serviço concreto e a tarefa que urge apesar de todos os limites, incompreensões e dificuldades que se apresentam. Mas é óbvio também que estão aqui envolvidos pressupostos de mentalidade, condições práticas de participação, transformações estruturais necessárias ao serviço da comunhão. Estamos ainda longe de superar em todas as suas raízes e manifestações o «cisma fundamental pastoral» que separa «uma Igreja do clero e dos peritos» do comum dos fiéis [14]. Os nossos organismos e estruturas de corresponsabilidade ainda estão longe — devido a marcas do clericalismo, por um lado, e de passividade laical, por outro — do projecto comunitário impulsionado pelo Concílio. Continuam a persistir fantasmas que impedem de ver realidades simples e urgentes quanto ao modo de tomar decisões na Igreja (veja-se a discussão sobre a questão de processos e formas de vida democráticas na vida eclesial). Com frequência a dimensão consultiva é utilizada mais como instrumento de defesa do que como processo que pode e deve ser desenvolvido em ordem a uma verdadeira participação na elaboração das decisões, tirando também neste âmbito todas as consequências do imperativo da fraternidade cristã.

[14] Cf. ZULEHNER — *Autorität*, p. 3.

Mas a concreta solidariedade na vida e missão da Igreja alarga-se — como sinal imprescritível de verdadeira fraternidade — às relações mútuas entre comunidades cristãs e Igrejas locais, numa efectiva reciprocidade de dar e receber e na consciência do dever de um empenho comum na única missão de anunciar o Evangelho [15]. Trata-se, por exemplo, de intensificar relações permanentes, de aprofundar o conhecimento mútuo, de acompanhar solidariamente as outras comunidades e Igrejas no seu testemunho e nos seus sofrimentos, de partilhar experiências e projectos pastorais, de repartir com generosidade recursos materiais e pessoas, de ajudar a que as outras comunidades e Igrejas adquiram capacidades próprias para responder aos desafios da sua situação. As nossas comunidades, movimentos, Igrejas locais pensam-se e vivem muitas vezes ainda em termos de «propriedade privada», esquecendo também aqui o destino universal dos bens que nos obriga à solidariedade e partilha concretas. O mais preocupante será que a consciência comum da maior parte dos cristãos não identifica a sua pertença a uma comunidade ou Igreja local como dever grave de comunhão solidária com outros cristãos e Igrejas. Desse modo também se perde — e pensa-se pouco nisso — a possibilidade de captar as riquezas que brotam das tradições e experiências de outras Igrejas, numa complementaridade que pertence à realização viva da catolicidade.

2.3. A construção da fraternidade solidária no mundo

A missão da Igreja é testemunhar e fazer chegar a todos os homens a comunhão fraterna no Espírito de Jesus e do Pai, que ela é, sendo sinal e instrumento do amor de Deus para com os homens e da fraternidade destes entre si, tornando visível e crível que na comunhão com Deus e os irmãos se encontra a possibilidade de mais plena realização do homem e o caminho pelo qual será possível ir tornando este mundo mais humano e mais fraterno até à plenitude do Reino de Deus. A capacidade de a Igreja ser «sacramento universal de salvação» está, assim, em relação profunda com a sua capacidade de ser «sacramento da fraternidade humana» [16]. «O amor de Deus

[15] Cf. RM 64; ChL 35.

[16] Cf. M.-J. LE GUILLOU — *La sacramentalité de l'Eglise*. La Maison Dieu. 1968, 93, p. 31.

revelado em Jesus torna-se historicamente visível como vontade salvífica universal precisamente através do facto de a humanidade não cristã poder dizer da comunidade eclesial não só: 'Vede como eles se amam uns aos outros', mas também: 'Vede como eles também nos amam'» [17].

A fidelidade à sua missão exige, pois, que a comunidade cristã tenha uma consciência apurada da responsabilidade pública que dimana da fé, uma responsabilidade inalienável que ultrapassa falsas dicotomias entre amor de Deus e serviço dos homens, mística e política, libertação humana e salvação cristã, e que não tolera ilusórias neutralidades diante da realidade política e suas configurações. A comunidade cristã, como grandeza pública que é, não pode deixar de assumir os gestos colectivos que os valores do Evangelho e a dignidade fundamental do homem lhe exigem. Toda a comunidade como tal, e não apenas alguns dos seus membros ou organismos, é chamada a ser «sujeito da caridade» [18] e a traduzir, através de testemunhos especificamente comunitários em defesa da justiça, da liberdade, da paz, da solidariedade colectiva, a responsabilidade social e política que decorre da fé. Será, obviamente, um agir diferente — nos objectivos imediatos e nos critérios prevalecentes, no estilo e nos métodos — de uma qualquer força social ou política (Ernst-Wolfgang Böckenförde caracteriza-a como uma «actuação não política-política» [19]), mas é um testemunho indispensável — na denúncia, na proposta, na exemplificação de caminhos novos — para a concreta realização da comunhão solidária como esperança para os homens. Continua a haver uma ausência grave dos cristãos enquanto comunidades situadas em contextos específicos, uma ausência indicativa de que ainda não se compreendeu em todo o seu alcance a ligação indissolúvel que existe entre amor de Deus e amor do próximo.

Mas o pressuposto básico é aqui o sentido da responsabilidade pública que cabe a cada crente, e isto como elemento integrante — não acidental ou eventual — da sua própria descoberta vocacional

[17] Cf. J. FEINER — *Kirche und Heilsgeschichte*. In *GOTT in Welt, Festgabe für Karl Rahner*. Vol. 2. Freiburg; Basel; Wien, 1964, p. 331.

[18] Cf. JOÃO PAULO II — *Aos participantes num Congresso*, p. 11.

[19] Cf. U. RUH — *Gerechtigkeit als Herausforderung: Der Kongress der deutschsprachigen Moraltheologen und Sozialethiker*. Herder Korrespondenz. 1991, 45, p. 479.

como cristão na Igreja e no mundo. Cada cristão tem de se convencer de que, para além de todas as tarefas internas eclesiais que se sinta ou possa ser chamado a realizar, tem uma tarefa pública a desempenhar com outros homens e mulheres, e isso como expressão irrecusável da sua vocação humana e cristã. Continua a ser um enorme desafio que cada cristão descubra e realize as suas possibilidades reais nos vários domínios que interpelam a responsabilidade social e política — desde o seu lugar de habitação ao local de trabalho e à actividade económica, desde a acção sindical e a actividade política à intervenção no campo educativo e cultural. Só deste modo a comunhão solidária que brota da fé poderá ser factor de humanização da vida e anúncio da qualidade evangélica que deve ir sendo fermento nessa mesma vida.

2.4. A dimensão universal da comunhão solidária

Na concretização desta responsabilidade pública — pessoal e comunitária — é importante reter que a comunhão solidária ou permanece sob um horizonte de universalidade ou acaba por estiolar. Como sublinhou João Paulo II, «se a questão social adquiriu uma dimensão mundial, foi porque a *exigência de justiça* só pode ser satisfeita neste mesmo plano» [20]. A defesa efectiva da dignidade humana só pode acontecer na atenção à realidade de toda a família humana. À luz do Evangelho, o cristão sabe que lhe foi confiado «o ministério do amor universal» [21], que a zona do amor a dar e a receber se estende à humanidade inteira [22].

Esta dimensão universal da exigência de comunhão solidária interpela o papel da Igreja no mundo, a sua própria identidade como comunhão de Igrejas a nível universal. Como tem vindo a insistir J. B. Metz, está aqui uma questão decisiva para uma Igreja que, pela primeira vez, se está a desenvolver de uma Igreja monocêntrica europeia para uma Igreja realmente mundial, e isto ao mesmo tempo em que, nalgumas partes da Europa, ela experimenta de forma dramática a entrada numa situação de diáspora. Para a Igreja,

[20] SRS 10. Cf. ainda SRS 38 e 42.

[21] S. LEGASSE — *L'étendue de l'amour interhumain d'après le Nouveau Testament: limites et promesses*. Revue Théologique de Louvain. 1977, 8, p. 300.

[22] Cf. *Ibidem*, p. 303.

atravessada ela própria pelo conflito Norte-Sul, a «realidade cheia de sofrimento» dos países pobres emerge como questão do seu próprio destino e torna-se em pedra de toque da sua efectiva eclesialidade mundial[23]. Trata-se, no fundo, de saber se nós, cristãos aqui na Europa, somos verdadeiramente sensíveis à dramaticidade da situação ou se entramos numa «estratégia espiritual de imunização» — a maneira simplista e apática, ideológica e isenta de autocrítica, como se analisam os problemas do terceiro mundo, se sentem os seus dramas ou se discute a teologia da libertação dá que pensar. É a Igreja capaz de corresponder à sua vocação fundamental de universalidade e de encontrar nas raízes da sua catolicidade impulsos verdadeiramente proféticos ou continuamos prevalecentemente a pensar a partir da nossa própria situação ocidental, com seus privilégios, insensibilidades e medos perante o futuro? É preocupante verificar como o magistério eclesial nesta matéria — nomeadamente algumas afirmações do Papa João Paulo II em visitas pastorais a África ou à América Latina — é relativizado ou ignorado em significativos sectores do pensamento que se diz católico.

A solidariedade tem de ser, pois, cada vez mais pensada e realizada a nível universal, a partir da consciência de que cada um é e é chamado a ser um cidadão do mundo[24]. A fé há-de ser aqui impulso a uma consciência universalista, na capacidade de ver a situação real dos povos subdesenvolvidos, de perceber os mecanismos de exploração existentes, de denunciar e transformar causas estruturais de subdesenvolvimento. A fé há-de incentivar a busca persistente de critérios de mais justiça e solidariedade nas relações entre os povos. A simples razoabilidade humana parece não chegar para que se perceba que as regras das relações entre os povos têm de valer para todos (e não apenas para os países subdesenvolvidos), que o perdão de dívidas pode ser uma obrigação de justiça, que a «mão fraterna da solidariedade» continua a ser necessária para satisfazer necessidades básicas de populações inteiras e permitir modificar as situações[25].

---

[23] J. B. METZ — *Kirche hat sich an Lateinamerika versündigt.* Kathpress. 1991 (212) p. 7.

[24] JOÃO PAULO II — *A Assembleia Geral das Organizações Internacionais Católicas: Como cidadãos do mundo sois sinal da presença e da solicitude da Igreja.* L'Osservatore Romano. 12.1.1992 (21) p. 9.

[25] Cf. Michel CAMDESSUS — *Le devoir de solidarité mondiale.* La Croix L'Evénement. 17-18.11.1991, p. 24.

Este sentido duma solidariedade universal é tanto mais necessário quanto vivemos numa situação em que — como todos sabemos e também já entre nós — os interesses de grupo, de raça, de continente ameaçam de novo prevalecer ou tornar-se o critério determinante. Seria fatídico pensar-se que se pode desenvolver a comunhão solidária simplesmente a nível interno ou local próximo, ignorando o distante e não questionando os factores que geram o egoísmo do grupo, tão ameaçador como o dos indivíduos. A ideia de próximo preverte-se se a definimos em termo de tribo, pois, «aos olhos da fé, o próximo é aquele que traz os traços da diferença, da distância, da exclusão, e de que é preciso saber aproximar-se»[26].

2.5. Comunhão solidária com os mais pobres

Como já se deixou antever, a realização da comunhão solidária — também mas não apenas na sua dimensão universal — exige se coloque, como verificação decisiva da sua verdade, o problema dos mais pobres e carecidos.

Cresceu nos últimos anos, sem dúvida, a consciência cristã da necessidade de dar respostas aos desafios da pobreza. Um facto que é tanto mais valioso quanto as regras do mercado, as exigências de eficácia, o apreço das qualidades competitivas não favorecem na sociedade contemporânea a sensibilidade relativamente aos mais pobres. Mas, apesar desse avanço, não se pode dizer que o viver cristão pessoal e comunitário apareça inequívoca e estruturalmente marcado por uma profunda, contínua e interpelativa sensibilidade evangélica relativamente aos mais pobres e marginalizados.

Preocupante é aqui que ainda não se tenha tomado aguda consciência de que a realidade que mais questiona a verdade de Deus são a injustiça e a situação de pessoas que não têm condições para serem pessoas. Como afirmou João Paulo II na *Redemptoris Mater,* «não se pode separar a verdade acerca de Deus que salva (...) da manifestação do seu amor preferencial pelos pobres e pelos humildes»[27]. Esse amor preferencial é, no fim de contas, a possibilidade de expressar de forma concreta a universalidade de um Deus

---

[26] *LE COURAGE,* p. 89.

[27] RM 37.

que ama todos os homens e é capaz de ser futuro para todos, mesmo para aqueles que humanamente parecem não ter futuro [28]. Como pode ser crível o Evangelho se os pobres não o experimentam como Boa Nova de libertação, promissora de um futuro diferente? [29]

A autenticidade da concreta comunhão solidária com os pobres tem como critério básico que nós sejamos capazes de ver e sentir o mundo com os olhos dos pobres, a partir das suas necessidades e aflições. O que tem de comprovar-se na resposta à questão se os pobres — desde a simplicidade de um certo modo de viver e do partilhar das experiências quotidianas (no acesso aos serviços de saúde, por exemplo) às orientações globais de vida e do nosso situar-se na sociedade — sentem ou não que nós, cristãos e Igreja, estamos com eles. De resto, só nesta sensibilidade real ao seu horizonte de vida poderemos ter alguma capacidade de fazer com que os pobres participem na sua própria promoção e poderemos sentir-nos progressivamente disponíveis para percorrer os caminhos que a solidariedade efectiva com eles nos pede.

A opção preferencial pelos pobres exige, pois, uma profunda mudança de critérios — uma mudança difícil, mesmo dolorosa. Mas é uma conversão que tem de acontecer em razão da mais verdadeira fidelidade ao Evangelho, para que possamos ser — como pessoas e povos — irmãos dos pobres [30]. Uma mudança que questiona múltiplos aspectos do nosso viver pessoal e comunitário: os critérios dominantes de valor e de respeitabilidade das pessoas, a sobriedade do próprio estilo de vida, os gastos supérfluos e não postos a render a favor de outros, as prioridades que damos à vida da comunidade, o assumir comunitário dos problemas dos pobres, o empenhamento que temos em ordem à transformação das estruturas da sociedade. A questão é, no fim de contas, se estamos dispostos a reconhecer no espírito de pobreza e no testemunho da pobreza o grande desafio à transparência de um espírito evangélico [31]. As nossas decisões

[28] Cf. J. VIVES — *Conocimiento de Dios y situación humana.* Iglesia viva. 1985, 118, p. 338 s.; J. SOBRINO — *Lo divino de luchar por los derechos humanos.* Sal Terrae. 1974, 72, p. 693 s.

[29] Cf. RM 42.

[30] Cf. RM 59.

[31] Cf. G. ALBERIGO — *Para una renovación del papado al servicio de la Iglesia.* Concilium. 1985, 108, p. 154.

pessoais e as iniciativas comunitárias, os nossos hábitos colectivos e a vida das nossas instituições católicas teriam um outro rosto e outras prioridades se esta comunhão solidária com os pobres estivesse bem viva nas nossas preocupações.

2.6. Comunhão como solidariedade ecuménica

A realidade da comunhão é tão essencial ao ser cristão e ao ser Igreja [32] que não se pode ignorar a contradição que significa o actual estado de divisão dos cristãos. É, antes de mais, uma questão de infidelidade às exigências da própria comunhão e sua realização em plenitude. É ao mesmo tempo a criação de novos obstáculos a que a humanidade, pelo poder do Espírito de Jesus, se transforme em mundo fraterno [33]. Os cristãos e as Igrejas precisam de ser «re-evangelizados» para compreenderem, uma vez por todas, que a sua ruptura de comunhão não é um mero acidente de percurso ou algo periférico à autenticidade do seu testemunho, antes é uma realidade que questiona a credibilidade e eficácia desse testemunho e que afecta a realização da plena catolicidade da Igreja.

A evolução dos acontecimentos nos últimos anos torna manifesto como a Igreja não pode ser projecto de comunhão solidária se não toma renovada consciência da gravidade do problema ecuménico. É dramático verificar como, na Europa e ao mesmo tempo que se quebraram barreiras, aumentaram as dificuldades de os cristãos se entenderem. Como denunciou em certa ocasião o teólogo evangélico Jürgen Moltmann, num momento em que pela primeira vez, desde há séculos, surgiu a oportunidade de as Igrejas do Ocidente e do Oriente se aproximarem e poderem encontrar uma só voz para falarem à Europa, a Cristandade não encontrou essa voz [34]. Há qualquer coisa na nossa maneira de ser cristãos — tanto no Oriente como no Ocidente — que não nos permite ainda superar particularismos estreitos, ver o que é essencial e decisivo em termos de compreensão e de prática da verdadeira fé, perceber a ligação vital

[32] A noção de «comunhão» é um aspecto central do actual debate eclesiológico ecuménico: cf. *COMMUNIO / KOINONIA*, p. 166-174; *L'EGLISE comme communion: Déclaration de la Commission mixte anglicane-catholique (ARCIC II).* La Documentation Catholique. 1991, 2026, p. 381-391.

[33] Cf. J. M. TILLARD — *Ecclésiologie*, p. 208-210.

[34] J. MOLTMANN. Kathpress. 9. 4. 92 (70) p. 8.

que existe entre a tarefa ecuménica e a construção da paz e o serviço concreto aos homens. E — não tenhamos ilusões — a falta de solidariedade ecuménica é, de facto, um indício de como vai realmente a nossa atitude interior de comunhão solidária com os homens do nosso tempo. O que, é óbvio, vale também para o nosso contexto português.

Nesta situação de divisões, o significado e o dinamismo do compromisso cristão ficam debilitados. O mesmo Jürgen Moltmann ilustrava o problema com a responsabilidade que cabe às Igrejas, na Europa, de exigirem justiça «em nome das vítimas do mercado livre», uma tarefa para a qual — acrescentava em lembrança às Igrejas evangélicas — as encíclicas sociais da Igreja Católica oferecem um «material maravilhoso» [35]. Na medida em que as Igrejas, por falta de solidariedade ecuménica, não forem capazes de descobrir o essencial comum que brota do mesmo Evangelho, as riquezas das experiências e intuições de cada uma e o carácter indeclinável do serviço ao homem é o seu papel a favor da humanização do mundo e da comunhão solidária entre os homens que é afectado. As divisões confessionais impedem que as Igrejas apareçam com uma voz autorizada na busca de solução para os problemas fundamentais da humanidade, tenham força para questionar a apatia pecaminosa de um mundo marcado por injustiças intoleráveis, consigam manifestar porquê o verdadeiro futuro do homem está em relação com o Mistério de Deus.

3. A comunhão solidária no concreto da existência cristã

Destaco, a concluir, quatro indicativos práticos que se me apresentam como importantes para que a vida dos cristãos e da Igreja possam ser sinal e realização de comunhão solidária, nas dimensões atrás apontadas.

3.1. Experiência de Deus como fonte de solidariedade concreta

A comunhão é acontecimento de graça, a realização da comunhão solidária não pode brotar senão duma experiência viva de Deus na vida dos cristãos. A solidariedade não é uma mera questão

[35] *Ibidem.*

voluntarista, ela tem de partir de raízes muito profundas do coração humano, aberto ao Mistério que suporta o nosso viver. Percebemos cada vez melhor que todos os nossos compromissos no mundo perdem norte, força de testemunho e verdadeira eficácia, se não se enraizarem numa comunhão vital com Deus. A exigência de responsabilidade pública da fé tem de significar simultaneamente aprofundamento da dimensão contemplativa da mesma fé.

Na articulação existencial coerente da experiência pessoal do Mistério de Deus com o serviço concreto no mundo está a questão nuclear do viver crente em comunhão solidária. Uma questão que, apesar de toda a renovação da consciência laical no pós-Concílio, ainda não terá encontrado resposta adequada e cabal nas propostas e contextos vivenciais de espiritualidade que muitos dos nossos movimentos e comunidades cristãs oferecem. Só a vivência duma espiritualidade que gere um sentido vivo de Deus na opacidade das tarefas quotidianas nos dará sensibilidade para perceber os dramas dos homens nossos irmãos e nos capacitará para o serviço generoso e sacrificado nas situações concretas que pedem a espontaneidade e a eficácia do amor cristão. Só a partir desse enraizamento profundo é que os cristãos podem ser «porta-vozes da lógica de Deus» [36] face às evidências aparentemente indestrutíveis do funcionamento deste mundo e à pretensa inevitabilidade das leis económicas, detectando limites e consequências do sistema envolvente e discernindo entre as autênticas «virtudes messiânicas» do Evangelho e «os critérios burgueses» [37] que ameaçam constantemente impregnar o nosso agir na Igreja e no mundo. A comunhão solidária há-de ser fruto duma autêntica espiritualidade ou então ela pára nas múltiplas barreiras que se lhe deparam, na mudança de critérios e de estilo de vida que se exige, na incapacidade de amar o próximo com a profundidade e a amplitude que só o amor de Deus possibilita.

[36] J.-F. MALHERBE — *El conocimiento de fe.* In B. LAURET; F. REFOULE, eds. — *Iniciación a la práctica de la Teologia.* Vol. 1. Madrid, 1984, p. 115.

[37] Cf. J. B. METZ — *Religião messiânica ou religião burguesa: Sobre a crise da Igreja na República Federal da Alemanha.* Concilium. 1979, 145, p. 79-83.; IDEM — *Jenseits bürgerlicher Religion: Reden über dis Zukunft des Christentums.* München; Mainz, 1980.

3.2. O fomento da experiência comunitária da fé

A tarefa da comunhão solidária coloca a exigência de se renovar e aprofundar a experiência comunitária da fé, superando tendências individualistas, hoje cada vez mais presentes, e abrindo os cristãos a novas formas de relacionamento pessoal e de solidariedade comunitária.

As comunidades cristãs locais têm de se perguntar pelo tipo de relações que nelas vigoram e de reavaliar a sua visibilidade como lugar de comunhão solidária. Elas têm de revitalizar-se pela integração mais consistente da dimensão afectiva e cordial do relacionamento humano, examinando se dentro de si há espaço para as pessoas serem ouvidas e poderem exprimir as suas necessidades, se há condições e formas de acolhimento autêntico, fraterno das pessoas.

Mas a necessidade de renovar o sentido da experiência comunitária pede que se suscitem cada vez mais pequenas comunidades de fé viva com uma qualidade relacional e uma solidariedade activa e atraente [38]. O que tem de passar pelo fomento de grupos e de pequenas comunidades que criem espaços de diálogo a partir da experiência pessoal da fé, que possibilitem o desenvolvimento de processos de amadurecimento humano e cristão, que estimulem a abertura ao concreto testemunho no mundo. Só desse modo será possível dar contextos existenciais práticos à busca vocacional de cada cristão, exercitar e testemunhar criativamente modelos de vida marcados pela originalidade cristã, delinear formas de intervenção cultural na sociedade. Este desenvolvimento plural e multifacetado não está, como é óbvio, isento de riscos nem é imune a deturpações, mas parece passar por aqui algo de extrema importância para a possibilidade real e a irradiação da experiência cristã como comunhão solidária.

3.3. O papel da família numa «cultura da solidariedade»

No desenvolvimento de uma «cultura da solidariedade» [39] é decisivo o papel da família como lugar onde pode ocorrer a aprendizagem do valor da comunhão solidária, onde se faz a iniciação primeira à solidariedade [40]. Onde senão na família, em termos de enraizamento mais profundo dos valores de vida, se pode aprender o que significam a atenção ao outro, a superação do próprio interesse egoísta, o sentido da renúncia a favor de outros, a doação pelo espírito de sacrifício, o valor de uma vida simples, a verdade das relações humanas, a sensibilidade à dramaticidade das situações de miséria. Desde a oração familiar ao diálogo e aos gestos que tocam nos critérios decisivos de vida, há aqui algo de imprescindível como condição de fomento da comunhão solidária na existência cristã.

«Temos necessidade sobretudo de famílias que, vivendo de maneira generosa segundo as instâncias evangélicas, se tornem cada vez mais concretamente acolhedoras, abrindo a mente e o coração e, por conseguinte, também a própria casa, ao empenho da partilha com aquele que sofre» [41].

Receio que, às vezes, a nossa consideração pastoral da família, atendendo embora a outros aspectos indubitavelmente muito importantes, caia numa certa unilateralidade que ignora ou, pelo menos, subvaloriza este papel da família na construção dum homem novo, através da formação de uma consciência aberta aos valores da comunhão solidária. Afinal, passa também por aqui a possibilidade real de a família ser «Igreja doméstica», isto é, lugar de mediação da presença do Reino pelo germinar de critérios mais evangélicos de vida.

3.4. A força criativa da esperança cristã

O horizonte e a força inovadora do Reino de Deus que o Evangelho manifesta coloca os cristãos numa atitude eminentemente positiva, de busca criativa de formas mais plenas de realização da vida humana em justiça e fraternidade. No meio das incertezas, das experimentações e das perplexidades que envolvem o viver humano, a tarefa da comunhão solidária interpela os cristãos a que consigam descobrir e testemunhar a força criativa que brota do

[38] Cf. M. HUBAUT — *Un défi pour les paroisses*. La Croix L'Evénement. 13.3.1992. p. 23.

[39] Cf. JOÃO PAULO II — *Aos participantes na Semana de Estudo da Pontifícia Academia de Ciências: Só a cultura da solidariedade pode superar as 'estruturas de pecado'*. L'Osservatore Romano. 26.11.1989 (590) p. 10.

[40] Cf. *CONCURRENCE et solidarité: L'économie de marché, jusq'où? Conclusions de la Semaine Sociale de France 1991*. La Documentation Catholique. 1992, 2045, p. 217.

[41] JOÃO PAULO II — *Aos participantes na Semana de Estudo*, p. 11.

Evangelho, apontando novos caminhos para uma vida mais digna do homem.

Nessa tarefa o potencial renovador e inovador da esperança cristã há-de possibilitar, antes de mais, uma apurada sensibilidade ao «défice humano» que os critérios e estruturas prevalecentes na organização económica e social comportam [42]. Há-de capacitá-los para estarem bem despertos, lutando contra o conformismo e a pretensa ausência de alternativas e sinalizando horizontes de um futuro diferente para o homem. Há-de impulsioná-los à acção criativa que é capaz de propor outros critérios e modelos de vida, mais respeitadores da dignidade humana e mais capazes de autêntica solidariedade social.

Não há dúvida de que este testemunho da esperança cristã, num mundo tão pouco solidário, pode parecer e é, de facto, muitas vezes um testemunho de esperança contra toda a esperança (Rom. 4, 18). Mas a esperança cristã sabe da força do Deus vivo que renova a face da terra [43]. Os cristãos não só acreditam que é possível um mundo diferente, mas sabem que essa novidade recriadora já está presente e activa, apesar de tudo, no hoje da história. A sua esperança é, assim, confiança indestrutível de que não são vãos os nossos esforços, por mais humildes e insignificantes que eles sejam. Esta certeza não nos deixa resignar ou cair em pessimismos, é antes capaz de nos fazer perceber que tudo começa no nosso coração ou não começa. Nesta esperança, feita testemunho nas circunstâncias, limites e fragilidades das nossas vidas, emerge o que é a Igreja como projecto de comunhão solidária e o seu significado para a humanização deste mundo à luz do projecto de Deus.

JOSÉ EDUARDO BORGES DE PINHO

---

[42] Cf. J. SCHASCHING — *Katholische Soziallehre: kritische Fragen an 'Europa'*. Kathpress. 14.4.92 (73) p. 1.

[43] Cf. *LE COURAGE*, p. 93 s.